

#### **CONSULTA PÚBLICA DE PREÇOS № 106/2022**

CONSULTA PÚBLICA DE PREÇOS: Aquisição de generos alimenticios para o posto de

#### bombeiros

- 1. Período para apresentação da proposta: de 18/07/2022 a 22/07/2022
- **2.** A proposta poderá ser entregue pessoalmente no endereço: Praça José Rodrigues do Nascimento, 30 Bairro Água Fria Cajamar/SP (Secretaria Municipal de Fazenda e Gestão Estratégica Departamento de Compras e Contratos) entre 08:00 e 17:00 horas ou enviar com papel timbrado da empresa para o email luciane.hatiya@cajamar.sp.gov.br, conforme modelo abaixo:

### MODELO - FORMULÁRIO - COTAÇÃO DE PREÇOS

Nome da Empresa:		
E-mail institucional:		
E-mail pessoal:		
Endereço:		
Bairro:	CEP:	
Cidade:	Estado:	
CNPJ Nº:	Inscrição Estadual:	
Fone:	Fax:	

#### 3. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **4.1.** O proponente responderá pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta coleta de preços.
- **4.2**. O presente procedimento não gera qualquer obrigação contratual entre a proponente e a Prefeitura do Município de Cajamar, e tem como finalidade apenas a verificação de preços no mercado em questão.



# ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1-OBJETO

1.1 Aquisição de gêneros alimentícios (leite, margarina e frios) para atender as necessidades no desjejum dos funcionários da Estação de Bombeiros do Munícipio de Cajamar durante o exercício de 2022.

1.2 MODALIDADE: Pregão Presencial

1.3 TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

1.4 FORMA DE CONTRATAÇÃO: Ordem de Fornecimento

## 2 - JUSTIFICATIVA

2.1. Justificam-se a escolha de contratação por Ordem de Fornecimento, por ser considerado o mais viável para o objeto pretendido; pela necessidade de contratações frequentes e pela conveniência da aquisição com previsão de entregas semanais.

# 3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1 Especificação do objeto da presente aquisição, conforme discriminado na tabela abaixo:

Item	Unidade	Qtde	Objeto	Descrição
001				Leite, UHT pasteurizado, com
				identificação do produto e prazo de
	Embalagem 1.000 ml	144	Leite	validade em caixa de 01 (um) litro,
				multilaminada, cartonada,
				asséptica, impermeável, ao ar luz, e
				microrganismos.
	Embalagem			Margarina cremosa com sal,
002	com 500	5	Margarina	embalada em pote plástico
				resistente de 500 gramas, com
	gramas			proteção interna pós tampa (lacre).



				No seu rótulo deve conter prazo de
				validade/ lote informação
				nutricional.
<b>003</b> KG				Presunto fatiado, embalado
	400		adequadamente com rótulo,	
	KG	132	Presunto	contendo marca peso e data de
				validade
004	KG	132		Queijo tipo muçarela, embalado
			Queijo	adequadamente com rótulo,
				contendo marca peso e data de
				validade

#### 4. CONSÓRCIO 1.

4.1. Não se aplica

#### 2. 5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

### HABILITAÇÃO JURÍDICA (documentos exigidos no art.28 da Lei 8.666/93)

- 6.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.
- 6.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal nº 12.960 de 19 de julho de 2012, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição e seus administradores.
- 6.3 Sendo o licitante Microempreendedor Individual, apresentar o CCMEI (Certificado do Cadastro do Microempreendedor Individual) expedido através do site portal do empreendedor http://www.portaldoempreendedor.gov.br
- 6.4 Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo acompanhada dos nomes e endereço dos diretores em exercício, no caso de sociedade simples.
- 6.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**REGULARIDADE FISCAL:** (documentos exigidos no art. 29 da Lei 8.666/93)



- 6.6 Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)
- 6.7 Certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358/14, de 05 de setembro de 2014.
- 6.8 Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Estaduais e/ou Municipais, da sede ou domicilio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com objeto de certame.
- 6.9 A prova de regularidade perante a Fazenda Estadual se dará por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos em Dívida Ativa, cujo prazo da expedição, para efeito de validade, deverá ser de até 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data designada para a entrega dos envelopes, se outro prazo de validade não lhe constar expressamente.
- 6.10 A prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da certidão negativa de débitos referente a tributos mobiliários municipais.
- 6.11 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, mediante a apresentação em original ou cópia autenticada do "CRF"- Certificado de Regularidade Fiscal expedido pela Caixa Econômica Federal, dentro do seu prazo de validade.
- 6.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativas de Débitos Trabalhistas "CNDT" obtida em <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a>", em atendimento a Lei 12/440/11, conforme o inciso V.do art 29 da Lei Federal 8666/93.

#### 3. 6. FORMA DE PAGAMENTO

6.1 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal

#### 7. FORMA DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1. O objeto será recebido pela unidade requisitante consoante o Dispositivo Legal art. 3º da Lei 10.520/2022
- 7.2. Os produtos especificados nos itens 01,02 deverão ser entregues no primeiro dia útil de cada mês
- 7.3. Os produtos especificados 03,04 deverão ser entregues de forma fracionada, conforme cronograma a ser estipulado, sendo que as quantidades a serem fornecidas, bem com as datas das solicitações serão denominadas das solicitações serão determinadas pela Estação de Bombeiro de forma combinada.

#### 8. LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS OU EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

8.1. 5.1 Local de entrega: Estação de Bombeiros de Cajamar, localizado na Rodovia



## Anhanguera Km 37,5 – Jordanésia / Cajamar- SP

## 4. 9. PRAZO DE ENTREGAS/ VIGÊNCIA DE CONTRATO

- 9.1. O prazo para entrega dos produtos deverá ser de 05 (cinco) dias a contar do recebimento do pedido de fornecimento.
- 9.2. O Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura

#### 10. VALIDADE DO PRODUTO OU GARANTIA DO PRODUTO

10.1. Os itens,1,2,3 e 4 deverão ter validade mínima de 06 meses.

### 11. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA E CONTRATANTE

- 11.1. A **CONTRATADA** se compromete a cumprir as obrigações abaixo descritas, além daquelas decorrentes direta ou indiretamente
  - a) A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto do presente contrato, conforme solicitação do CONTRATANTE, e de acordo com a proposta apresentada.
  - b) Deverão ser respeitadas as descrições dos serviços definidas no Termo de Referência.
  - c) Emitir Nota Fiscal/Fatura dos serviços realizados, que será enviada ao **CONTRATANTE** por conta própria ou por terceiro;
  - d) Agilizar a imediata correção das falhas apontadas pelo CONTRATANTE, concernente a execução do presente contrato;
  - e) Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, e comerciais resultantes da execução do contrato.
  - f) Declarar estar em dia com as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.
  - g) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros no período de prestação de serviços ao CONTRATANTE, inclusive durante a locomoção e transporte de equipamentos e pessoal aos locais de trabalho.



- h) Responder, a qualquer tempo, pela qualidade dos serviços prestados.
- i) Comparecer, sempre que solicitada, a sede da fiscalização, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções ou participar de reuniões, que poderão realizar-se em outros locais.
- j) Observar, no decorrer do Contrato, todos os termos da Lei Federal no. 8.666/93 e normas complementares.
- k) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e condições de assinatura do contrato exigidas por ocasião da licitação que precedeu este ajuste, obrigando-se, ainda, a comunicar a unidade requisitante, toda e qualquer alteração dos dados cadastrais, para atualização, podendo a Administração requerer a sua comprovação, a qualquer tempo, durante a vigência do contrato.

Parágrafo Único - A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

### 12. PENALIDADES

- 12.1. Multas: pela inexecução total da obrigação objeto da licitação será aplicada multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da Autorização de Fornecimento.
- 12.2. Pela inexecução parcial do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Fornecimento.
- 12.3. O atraso na entrega do objeto sujeitará a empresa vencedora à multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor da Autorização de Fornecimento por dia de



atraso, até o 15° (décimo quinto) dia, após o que, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do ajuste, conforme o momento da autorização de fornecimento.

- 12.4. O descumprimento do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para reposição dos produtos entregues em desacordo com as especificações contidas neste Edital, para entrega da quantidade faltante de mercadoria solicitada pela Administração e para substituição da Nota Fiscal emitida com falhas, conforme previsto nos devidos itens deste Edital, acarretará a aplicação de multa diária equivalente a 1% (um por cento) do valor da Autorização de Fornecimento, até o limite de 15 (quinze) dias, quando será considerada a inexecução parcial. Considerar-se-á inexecução total do ajuste o atraso na entrega dos produtos por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias ou a reincidência da inexecução parcial do ajuste.
- 12.5. A não observância das quantidades solicitadas pela Administração na Autorização de Fornecimento sujeitará a empresa vencedora a multa no valor de 10% (dez por cento) do valor da Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.
- 12.6. O fornecimento do objeto em desacordo com as especificações constantes do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no presente edital, sujeitará a empresa vencedora a multa de 10% (dez por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, sem prejuízo da substituição do objeto e demais sanções aplicáveis.
- 12.7. Para aplicação das penalidades descritas acima, será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.
- 12.8. As multas são independentes e não eximem a empresa vencedora da plena execução do objeto contratado.

#### Multas:

- 12.9. A recusa da empresa vencedora em assinar o Contrato sujeita-a à penalidade de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor contratual, até o 10º (décimo) dia, caracterizando-se a **inexecução total** da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas, em observância ao disposto no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.
- 12.10. Pela inexecução total da obrigação objeto da licitação será aplicada multa



equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do mesmo.

- 12.11. Pela **inexecução parcial** do ajuste será aplicada multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do saldo contratual à época da infração.
- 12.12. O atraso na execução do serviço sujeitará a empresa contratada à multa de mora de 1% (um por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso, até o 15° (décimo quinto) dia de atraso, após o que, será considerada inexecução parcial ou total do ajuste.
- 12.13. Pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual multa 2,50% (dois e meio por cento) sobre o valor mensal do contrato.
- 12.14. A execução do objeto em desacordo com as especificações constantes do edital ou em níveis de qualidade inferior ao especificado no presente edital, sujeitará a contratada à multa de 5 % (cinco por cento) do valor mensal do contrato, sem prejuízo da correção do serviço e demais sanções aplicáveis.
- 12.15. Para aplicação das penalidades descritas acima, será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa, com todos os meios a eles inerentes.
- 12.16. As multas são independentes e não eximem a empresa vencedora da plena execução do objeto contratado.

# 13. SECRETARIAS PARTICIPANTES E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da referida requisição, onerará a Ficha Orçamentária nº 77- elemento 30 (consumo).
- 13.2. Secretaria Municipal de Governo

# 14. DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES

- 14.1 Dispositivo legal- artigo 40, XVVII da Lei 8666/93
- 14.2. Para a gestão do contrato fica nomeado 1º TENENTE PM ALEX BAQUEIRA FAQUINHA RG 32.554.745 -2, a fim de acompanhar e fiscalizar (FISCAL SUPLENTE: Marlete Damasceno da SILVA RE 11075)

Cajamar/SP 01 de julho de 2022

#### RAFAEL FERNANDES DE ALBUQUERQUE NUNES

Secretário Municipal de Governo

